A Europa em busca de uma ONU reformada para entregar mais e melhor

Europa en busca de una ONU reformada para lograr más y mejores resultados

Europe in search of a reformed UN to deliver more and better

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: No informe Europa, Freire aprecia alguns pontos da posição negocial da Europa junto à reforma da ONU, UN80, concluindo que a União Europeia apoia a reforma, mas condiciona seu apoio a mais eficiência, transparência, prestação de contas e resultados comprovados, com maior coordenação e financiamento previsível. Defende evitar custos adicionais, duplicações e estruturas paralelas, avaliando previamente o custo e o valor agregado de novas ferramentas.

Palavras-chave: União Europeia.

Resumen: *En el informe sobre Europa, Freire destaca algunos aspectos de la posición negociadora de Europa respecto de la reforma de la ONU, UN80, concluyendo que la Unión Europea apoya la reforma, pero condiciona su apoyo a una mayor eficiencia, transparencia, rendición de cuentas y resultados comprobables, junto con una mayor coordinación y una financiación previsible. La UE aboga por evitar costos adicionales, duplicaciones y estructuras paralelas, evaluando previamente el costo y el valor añadido de nuevas herramientas.*

Palabras clave: *Unión Europea.*

Abstract: *In the European report, Freire highlights several aspects of Europe's negotiating position regarding the UN reform, UN80, concluding that the European Union supports the reform but conditions its support on greater efficiency, transparency, accountability, and demonstrable results, along with enhanced coordination and predictable funding. The EU advocates avoiding additional costs, duplication, and parallel structures, while assessing in advance the cost and added value of new tools.*

Keywords: *European Union.*

O informe Europa desta quinzena se dedica a apreciar as posições de países europeus frente à proposta de reforma das Nações Unidas em curso, que será pautada na próxima sessão da Assembleia Geral, a 81ª. Lançada pelo Secretário-Geral António Guterres em março de 2025, a Iniciativa UN80 é uma reforma de âmbito sistêmico que visa tornar as Nações Unidas mais coesas, eficazes e eficientes na resposta a necessidades cada vez maiores. Os Estados-Membros desempenham um papel fundamental na concretização da reforma, ao tomarem decisões e definirem diretrizes para os processos de estruturação da reforma, incluindo a futura arquitetura de financiamento da ONU.

Como o maior contribuinte financeiro coletivo da ONU, a União Europeia (UE) e seus Estados-Membros desempenham um papel ativo para garantir que a Organização continue a

servir a humanidade por meio de uma abordagem mais coordenada e ágil. A União Europeia vem avançando nesse processo, com objetivo de criar uma Organização mais eficaz, eficiente em termos de custos e responsiva, capaz de enfrentar os desafios atuais e futuros.

Assim, é legítimo afirmar que a UE apoia a UN80 como uma oportunidade para tornar a ONU mais eficaz, eficiente, ágil, coerente, transparente e responsável, especialmente diante das restrições financeiras e do aumento das demandas sobre a Organização. Para a UE, entretanto, a reforma não deve ser um exercício meramente administrativo ou de redução de custos. Ela deve resultar em maior impacto e melhores resultados nos territórios, mantendo a ONU fiel à Carta e às prioridades políticas acordadas pelos Estados-Membros. A UE também insiste que a UN80 deve estar diretamente vinculada ao Pacto para o Futuro, que estabelece o *"o quê"* — as prioridades políticas da comunidade internacional — enquanto a UN80 deve fornecer o "*como"* para implementá-las[1].

Um dos princípios fundamentais da posição europeia é a necessidade de preservar o equilíbrio entre os três pilares da Carta da ONU: paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. A UE rejeita uma interpretação da reforma baseada exclusivamente na ideia de retornar ao chamado *"core business"* da ONU caso isso implique privilegiar um pilar em detrimento dos demais. Em particular, alerta que os esforços de racionalização não podem resultar no enfraquecimento dos mandatos de direitos humanos. Ao mesmo tempo, a UE apoia a busca por maior eficiência e redução de duplicações, desde que essas medidas aumentem — e não diminuam — a capacidade da Organização de cumprir suas funções[2].

A iniciativa de reforma UN80 está dividida em 3 três frentes de trabalho, unidas por um propósito comum: alinhar mandatos, arranjos institucionais, recursos e mecanismos de execução para uma ONU que apresente melhores resultados. A primeira destas frentes está sob resposnabilidade do Secretário-Geral e atua para a **simplificação de processos administrativos**, consolidando serviços de apoio, reduzindo a duplicação de esforços e realocando funções, de forma a trazer maior eficiência ao secretariado. A Frente de Trabalho 2 visa **fortalecer os ciclos de vida dos mandatos** por meio de uma abordagem mais disciplinada para a criação e revisão de mandatos, bem como a redução de sobreposições e de encargos relacionados a relatórios. A Frente de Trabalho 3 analisa como os **mecanismos de execução existentes podem ser aprimorados** por meio de ferramentas comuns, visando maximizar o impacto em condições desafiadoras e de rápida mudança. De modelos de assistência humanitária até serviços compartilhados e mecanismos de financiamento, essa abordagem busca melhorar as entregas da Organização no apoio aos Estados-Membros e às populações atendidas pela ONU.

Dentro deste escopo de trabalho, as prioridades da UE na reforma da ONU são:

1. melhoria da coordenação, coerência e complementaridade entre agências, entidades, programas e fundos da ONU;

2. uma ONU eficiente no uso de recursos, que direciona seus recursos para a entrega de resultados; e

---

[1] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-un-general-assembly-interactive-dialogue-pact-future-and-un80-initiative-commitments_en?.com. Acesso em 01/09/2026.

[2] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-briefing-secretary-general-un80-initiative_en?.com. Acesso em 01/09/2026.

3. mandatos exequíveis com mecanismos de revisão adequados.

Conforme já mencionado, para a União Europeia, as iniciativas UN80 e Pacto para o Futuro são fundamentais para construir uma ONU preparada para o futuro e capaz de gerar resultados para todas as pessoas. Enquanto a primeira define a direção política para o alcance dos ODS, a segunda estabelece o caminho para chegar lá. Para o bloco, o alinhamento dessas iniciativas traz uma nova dinâmica à Agenda 2030 e oferece uma oportunidade única para recalibrar prioridades, mobilizar recursos e aumentar o impacto[3]. Para a UE, esta é uma questão política central: o **Pacto para o Futuro** deve funcionar como a referência política da reforma, enquanto a UN80 deve transformar essas prioridades em estruturas, processos e mecanismos de implementação[4]. Assim, novos mandatos ou mandatos renovados deveriam ser avaliados também a partir de uma pergunta política fundamental: eles contribuem para as prioridades acordadas no Pacto para o Futuro? A UE quer, portanto, que haja uma ligação explícita entre: Pacto para o Futuro → prioridades políticas → mandatos → recursos → implementação → resultados. A UE também defende que os pacotes da UN80 estejam alinhados com outras reformas em andamento, evitando processos paralelos ou contraditórios.

A revisão dos mandatos talvez seja o componente mais desenvolvido da posição negociadora da UE, que defende uma revisão dos mandatos baseada em critérios claros, objetivos, práticos e fundamentados em evidências. A ideia é criar uma espécie de *checklist* que permita aos Estados-Membros avaliar sistematicamente cada mandato. Entre as perguntas que a UE considera relevantes estão:

- O mandato continua sendo efetivamente implementado?
- Seus objetivos ainda são relevantes?
- Os resultados esperados estão sendo produzidos?
- Existem atividades semelhantes em outros órgãos ou entidades?
- O mandato já atingiu seus objetivos?
- Houve mudanças desde sua criação que afetaram sua relevância?
- Os recursos orçamentários associados continuam justificados?

Mandatos que tenham cumprido seus objetivos ou que não apresentem mais valor agregado devem, segundo a UE, ser encerrados. A UE vê positivamente uma eventual redução do número de mandatos quando ela decorrer da eliminação de sobreposições, duplicações e mandatos desatualizados[5].

A UE pleiteia que a revisão dos mandatos seja periódica e incorporada ao ciclo de vida completo dos mandatos, desde sua criação até sua implementação e eventual renovação ou encerramento. Na negociação da resolução, a UE apoiou: mandatos mais claros, concisos e

[3] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/un80-initiative_en?etrans=pt#130082. Acesso em 01/09/2026.

[4] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-un-general-assembly-interactive-dialogue-pact-future-and-un80-initiative-commitments_en?.com. Acesso em 01/09/2026.

[5] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-general-assembly-un80-workstream-2-criteria-and-modalities_en?.com. Acesso em 01/09/2026.

eficazes; maior apoio técnico do Secretariado; utilização de *concept notes* na criação de mandatos; ferramentas digitais e um registro mais completo de mandatos; transição de algumas resoluções anuais ou bienais para ciclos bienais ou trienais; maior vinculação entre tarefas, resultados e recursos. A UE também propôs um ciclo padrão de revisão de 3 a 5 anos e revisões automáticas para mandatos de duração indefinida[6].

Ainda no tocante aos mandatos, a UE apoia a realização de exercícios-piloto de revisão de mandatos antes de aplicar uma metodologia de forma ampla. A lógica é testar diferentes metodologias, identificar dificuldades, gerar experiência prática e construir confiança entre os Estados-Membros. Esses pilotos deveriam abranger os **3 pilares da ONU**, evitando que a reforma tenha impacto desproporcional sobre qualquer um deles. A UE também considera que a revisão de conjuntos ou *clusters* de mandatos pode ser particularmente útil para identificar duplicações e aumentar a eficiência.

A UE atribui ao Secretariado um papel importante no fornecimento de informações objetivas e de qualidade, mas deixa claro que os Estados-Membros devem manter a propriedade e supervisão política dos mandatos. A UE defende que o Secretariado forneça informações sobre: situação de implementação; resultados e indicadores; obrigações de reporte; implicações orçamentárias; possíveis sobreposições; relação entre mandatos existentes. Nesse contexto, apoia o fortalecimento do *Mandate Registry*, transformando-o em uma ferramenta mais abrangente para visualizar o panorama de mandatos da ONU e identificar desempenho, custos e duplicações.

A UE apoia a abordagem do Secretariado para tornar os relatórios de mandatos mais objetivos, acessíveis, orientados ao usuário e baseados em evidências, sem alterar o conteúdo ou a integridade dos mandatos existentes. Nesta seara, a posição da UE pode ser resumida em cinco pontos principais: melhoria dos relatórios (formatos diferenciados, concisos, com mais dados e recursos visuais, estruturas padronizadas e recomendações mais claras, desde que não prejudique os mandatos); maior transparência e base factual (visão abrangente dos mandatos existentes, incluindo mandatos de relatórios, reuniões, itens de agenda, implicações orçamentárias e informações sobre sua implementação); questionamento das estimativas de eficiência (mais dados e transparência sobre a metodologia utilizada para estimar possíveis reduções de menos de 5% e de cerca de 10%, além de identificação dos relatórios que poderiam ser consolidados ou ter sua periodicidade alterada. Defende que a racionalização deve ocorrer onde existam sobreposições ou duplicações reais, e não apenas pela fusão de relatórios semelhantes); padronização e coerência (apoia *templates* padronizados para os relatórios, de modo a facilitar a comparação entre ciclos, melhorar a leitura e permitir decisões mais informadas pelos Estados-Membros); e divisão de responsabilidades no processo de revisão: a UE defende dois eixos complementares: (1) critérios objetivos para criação ou renovação de mandatos e (2) revisão do estoque de mandatos existentes.

Em termos negociais a UE é favorável à racionalização dos relatórios e à busca de eficiência, mas quer que qualquer redução, consolidação ou alteração seja justificada por evidências, metodologia transparente e identificação concreta de duplicações. A prioridade é

[6] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-un-general-assembly-un80-meeting-rev1-resolution_en?s=63. Acesso em 01/09/2026

aumentar eficiência sem enfraquecer mandatos nem competências dos órgãos intergovernamentais.

Nos pronunciamentos sobre a Frente de Trabalho relativa à eficiência operacional e integração do sistema, a UE demonstra apoio a reformas que promovam maior integração entre entidades da ONU, redução de fragmentação e melhor utilização dos recursos. No caso da *Shared Platform Initiative,* a UE apoia maior colaboração entre os diferentes pilares e uma atuação mais coordenada dos Coordenadores Residentes/Coordenadores Humanitários. Contudo, a UE pede informações concretas sobre: economias esperadas; eventual redistribuição de estruturas regionais; reinvestimento das economias na entrega no nível nacional; governança; cronogramas; mecanismos decisórios; resultados esperados. Ou seja, a UE apoia a reforma estrutural, mas quer saber quanto ela economiza, como será governada e qual será o benefício concreto para a atuação da ONU[7].

Para a redução da fragmentação e melhor compartilhamento de conhecimento, a UE apoia os *joint knowledge hubs*, entendendo que o conhecimento produzido pelo sistema ONU está excessivamente disperso. A consolidação desse conhecimento poderia reduzir duplicações, facilitar o acesso de Estados-Membros e entidades da ONU à expertise disponível e gerar sinergias com outras reformas, como *expertise on demand* e a reconfiguração das equipes de país da ONU. A mesma lógica aparece no apoio europeu à maior interoperabilidade tecnológica e ao compartilhamento de serviços de TIC: menos fragmentação, mais interoperabilidade e melhor uso dos recursos, mas sem prejudicar necessidades operacionais específicas das agências[8].

A delegação da UE para as Nações Unidas faz informes periódicos com suas posições negociais. Em sua última edição, publicada no final de julho, apresenta algumas considerações e posicionamentos sobre as negociações em curso, relacionadas a gestão de resultados, mecanismos de financiamento, liquidez e prevenção & construção da paz. Manifesta apoio ao **pacote de trabalho sobre gestão de resultados** no sistema ONU, considerando ser fundamental um marco consolidado e sistêmico de gestão de resultados para promover uma cultura de melhoria contínua e fortalecer a coordenação e a coerência estratégicas que constituem os pilares da iniciativa UN80. A nota enfatiza que a concretude desse novo marco é crucial para fortalecer a confiança dos Estados-Membros e dos doadores, que precisam ter a garantia de que os recursos das Nações Unidas estão sendo utilizados de maneira eficiente, transparente e eficaz em um contexto de restrições financeiras. No entanto, salienta que os Estados-Membros não podem analisar os mandatos e sua implementação de forma eficaz sem acesso a dados claros e baseados em evidências provenientes do Secretariado. Neste quesito, a UE defende um marco integrado e comum de gestão de resultados, com métricas claras de impacto e não apenas de atividades. Considera essencial melhorar os relatórios do Secretariado e garantir aos Estados-Membros dados objetivos e baseados em evidências para avaliar mandatos e sua implementação. Apoia os "diálogos de desempenho", mas quer mais informações sobre custos, implicações orçamentárias e valor agregado antes de avançar.

---

[7] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-un-general-assembly-monthly-information-briefing-un80-initiative-ws3_en?s=63. Acesso em 01/09/2026.

[8] https://www.eeas.europa.eu/delegations/un-new-york/eu-statement-%E2%80%93-un-general-assembly-briefing-un80-initiative-workstream-3_en?.com. Acesso em 01/09/2026.

No que diz respeito ao **pacote de trabalho sobre mecanismos de financiamento**, a UE ressalta que o sistema deve ser reequilibrado em favor de um financiamento mais previsível, flexível e de qualidade, que permita ao Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas atuar como um sistema integrado, e não como um conjunto de agências concorrentes. O Pacto de Financiamento é visto como um passo correto, mas cuja implementação continua desigual. Para a EU, embora seja necessário garantir que as Agências, Fundos e Programas possam cumprir seus mandatos, os Coordenadores Residentes devem dispor da autoridade e dos recursos necessários para liderar planos de desenvolvimento integrados, contribuindo para uma ONU eficiente e eficaz no nível nacional, voltada para o cumprimento dos ODS.

A UE expressa preocupação com crise de liquidez da ONU, que se manifesta em persistentes restrições de liquidez e trazem sérias implicações operacionais, inclusive para o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas. Enfatiza a necessidade de maior previsibilidade financeira e defende um posicionamento mais claro dos portfólios e conexões mais fortes entre financiamento básico, conjunto e direcionado. A EU demanda o fortalecimento do Fundo conjunto para os ODS (*Joint SDG Fund*) como principal instrumento de financiamento das Nações Unidas para ações em prol dos ODS. Ao mesmo tempo, na condição de maior doador do Sistema, a UE e seus Estados-Membros conclamam todos os Estados-Membros da ONU a pagar integralmente e dentro do prazo suas contribuições financeiras obrigatórias.

Embora a racionalização e a eficiência sejam prioridades, a UE entende que a reforma precisa ser acompanhada de financiamento adequado e previsível. Portanto, a posição europeia não é simplesmente “reduzir despesas”, mas sim “melhorar o valor obtido com os recursos disponíveis e alinhá-los às prioridades acordadas”.

Em relação à prevenção e construção da paz, a prioridade imediata da UE é a implementação da Revisão da Arquitetura de Consolidação da Paz (PBAR na sigla em inglês para *Peacebuilding Achitecture Review*), com maior capacidade de demonstrar e comunicar os resultados positivos da construção de paz. A UE pretende contribuir para este processo por meio de eventos e recomendações de políticas. Ainda na seara da paz, a UE enfatiza a importância de prevenção de conflitos, construção de paz e apoio às transições das missões. Defende o mapeamento das capacidades do Secretariado e recursos previsíveis e sustentáveis para os Assessores de Paz e Desenvolvimento.

Finalmente, A UE insiste que os Estados-Membros devem permanecer no centro do processo decisório. Ao mesmo tempo, considera importante ampliar a participação de sociedade civil, academia e comunidades afetadas, especialmente para garantir que as reformas sejam mais inclusivas e baseadas em informações relevantes. A UE também apoia a continuidade dos diálogos interativos sobre a implementação do Pacto para o Futuro, inclusive com participação da sociedade civil.

Considerações Finais

A UE apoia a reforma e busca uma ONU mais ágil, eficiente, transparente, responsável e orientada para resultados, preservando a capacidade da Organização de atuar em seus 3 pilares: paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos/ação humanitária. Apesar de favorável, a UE condiciona seu apoio à obtenção de maior eficiência, transparência, prestação de contas e evidências sobre resultados. Sua linha de negociação combina: mais coordenação + financiamento previsível + gestão por resultados + transparência + fortalecimento das estruturas integradas da ONU, evitando, ao mesmo tempo, aumento de custos ou criação de

mecanismos que dupliquem estruturas existentes. A UE não rejeita novas ferramentas, mas quer avaliar previamente seu custo, valor agregado e compatibilidade com mecanismos já existentes. A revisão dos mandatos deve ser sistemática, periódica e baseada em critérios objetivos, enquanto a reforma operacional deve demonstrar economias e ganhos concretos de impacto. A UN80 deve, sobretudo, ser o instrumento para transformar as prioridades políticas do Pacto para o Futuro em resultados concretos.

No tocante ao financiamento, a UE defende uma mudança para um sistema de financiamento mais previsível, flexível e de qualidade, reduzindo a fragmentação entre agências e fortalecendo a atuação integrada do Sistema de Desenvolvimento da ONU. Apoia o fortalecimento do *Joint SDG Fund* como instrumento central para financiamento dos ODS e cobra a implementação mais consistente do *Funding Compact.* A UE manifesta forte preocupação com a crise de liquidez da ONU e enfatiza a necessidade de maior previsibilidade financeira.

A posição da União Europeia revela apoio à reforma da ONU, desde que orientada por resultados concretos e ganhos efetivos de eficiência. A UE busca conciliar a modernização e o fortalecimento da Organização com a responsabilidade financeira, a transparência e a preservação das competências dos Estados-Membros. Nesse sentido, a principal preocupação europeia é assegurar que a reforma não se traduza simplesmente em cortes ou em novas estruturas, mas em uma ONU mais integrada, coerente, eficiente e capaz de responder melhor às suas prioridades.